

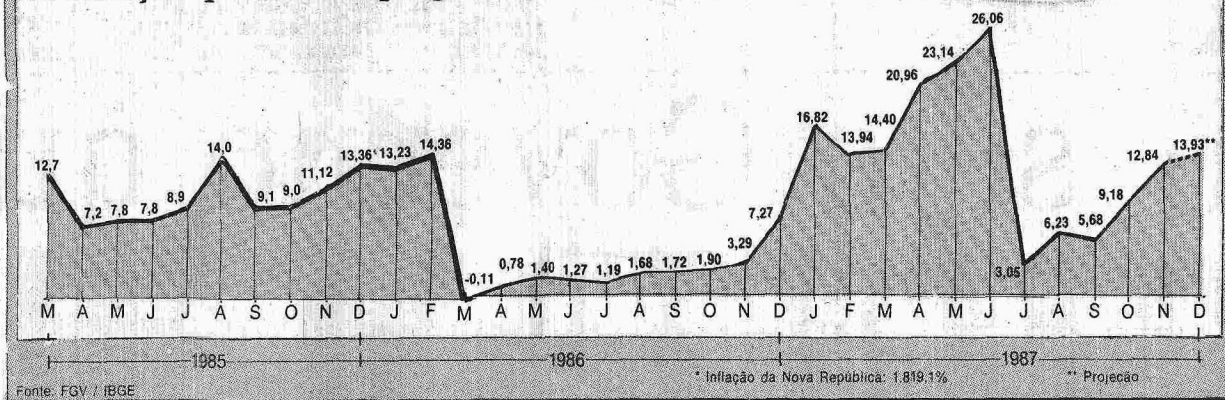
# Economistas: saída da crise é política

MÔNICA MAGNAVITA

A inflação deste ano ameaça chegar ao recorde histórico de 360% e apesar disso não há sinais visíveis de como o Governo pretende combatê-la. Congelamento de preços, indexação plena da economia, desindexação plena da economia, moratória da dívida interna, reforma fiscal, pacto social ou uma forte recessão. Esse é o cardápio que a equipe econômica tem à disposição, mas na opinião dos economistas ouvidos pelo GLOBO a maioria dessas alternativas não só é difícil de engolir, como poderá causar uma forte indigestão. De acordo com eles, nada que o Governo faça agora conseguirá reduzir as taxas para muito menos do que 14% ao mês. Nada, exceto uma coisa: sua própria reestruturação.

O congelamento de preços, por exemplo, sempre sedutor e disponível, causaria uma inflação em torno de 7% já em seu primeiro mês, segundo cálculos do novo Diretor do Departamento de Economia da PUC carioca, o professor Eduardo Modiano. E isso porque o Governo detém

## A inflação que desafia programas econômicos



30% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação oficial, e, portanto, pelo menos esses itens deveriam permanecer estáveis. Modiano chegou a esse percentual partindo do princípio de que os 70% restantes teriam alguma oscilação, o que resultaria em uma inflação aproximada de 15%.

Neste momento entraria em cena um novo vetor de preços (artifício usado pelo Plano Bresser, em junho,

que calculou a variação média dos preços nos 15 dias que se seguiram ao congelamento). Essa estratégia reduziria o mês pela metade, e com isso a inflação também seria cortada ao meio, ou seja os 15% virariam 7,5%. Mesmo assim, os desgastes dessa medida ficam claros quando se constata que no primeiro mês de congelamento do Plano Cruzado, em março de 1986, houve uma deflação, isto é inflação negativa; no Plano

Bresser, ela foi de 3,05% e agora o aumento no índice seria de mais de 100%.

Todos os economistas ouvidos torceram o nariz para essa possibilidade. Modiano chegou a enumerar cinco efeitos negativos de um novo choque: primeiro, como os salários estão desalinhados, já que muitas categorias ainda não tiveram dissídio depois do Plano Bresser e outras



Modiano é contra um novo choque

conseguiram antecipação da Unidade de Referência de Preços (URP), a interrupção desse processo causaria desníveis muito grandes.

Segundo, além de desgastar essa política de combate à inflação inutilmente, não está muito claro para que serviria esse índice oficial, com seus 7% de variação. Os trabalhadores já aprenderam que as taxas oficiais não são suficientes para reajustar seus salários e o processo de

renegociação dos dissídios demonstra esse fato. O setor financeiro, já desde o Plano Bresser, não utilizou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para nada.

Com Modiano concorda o ex-Secretário Executivo do Conselho Interministerial de Preços (CIP) João Maia. Isso porque a descrença no atual Governo é tão grande, disse, que o setor privado não obedeceria ao congelamento (vide o recente caso da Autolatina, holding da Ford e da Volkswagen, que elevou os preços dos automóveis contra a determinação do Ministro Bresser Pereira). Moral da história: uma nova defasagem de tarifas públicas, arrasando com as contas das estatais e outro arrocho salarial.

A consequência disso seria uma recessão acentuada, motivada pela queda de demanda (via perda de poder aquisitivo real) e pela redução dos investimentos públicos, por causa do déficit das estatais, previsto em 2,2% do PIB, CZ\$ 242 bilhões. "Este seria o caminho mais curto para a chamada estagflação", observou Maia. Por isso, ele reitera que as medidas, quaisquer que sejam elas, precisam ser tímidas neste momento.